

Marcelo Rodrigues da Silva

LIMITES À ALTERAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIA

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9945-7



Brasil – R. Flávio Dallegrove, 7665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

S586 Silva, Marcelo Rodrigues da.
Limites à alteração da norma constitucional
previdenciária / Marcelo Rodrigues da Silva –
Curitiba: Juruá, 2022.
252p.; 21 cm

1. Direito previdenciário. 2. Reforma previdenciária.
3. Norma constitucional previdenciária. I. Título.

CDD 344.02 (22.ed)
CDU 331.816

00037

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES	13
INTRODUÇÃO	15
Capítulo I O SISTEMA DE PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA	19
1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	19
1.1.1 Surgimento e Evolução da Previdência Social	19
1.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA	30
1.2.1 Razões que Levam à Criação de um Sistema Compulsório de Previdência Social	30
1.2.2 Gestão dos Serviços Relacionados à Previdência Social	33
1.3 A PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES	40
1.3.1 Análise dos Direitos Fundamentais	41
1.3.2 Previdência Social como Direito Fundamental: Justificação Material e Formal	43
1.3.3 Previdência Social como Direito Fundamental: Implicações	46
Capítulo II A NORMA CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIA	49
2.1 CIÊNCIAS NATURAIS E CIÊNCIAS SOCIAIS	49
2.2 NORMA	50
2.3 NORMA JURÍDICA, REGRA JURÍDICA E PRINCÍPIO JURÍDICO	52
2.3.1 Norma Jurídica	52
2.3.2 Regra Jurídica e Princípio Jurídico	54
2.4 NORMA CONSTITUCIONAL	58
2.5 NORMA CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIA	59
2.5.1 Norma Constitucional Previdenciária: Regras e Princípios	61
2.5.2 Norma Constitucional Previdenciária: Direito Fundamental e Cláusula Pétrea	63

2.5.2.1 Norma constitucional previdenciária como direito fundamental	63
2.5.2.2 Norma constitucional previdenciária como cláusula pétreia	66

Capítulo III ALTERAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIA	71
3.1 ALTERAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL	71
3.2 POSSÍVEIS PERSPECTIVAS DE ALTERAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIA	72
3.3 ASPECTO TEMPORAL DA ALTERAÇÃO DA NORMA PREVIDENCIÁRIA	74
3.4 AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA	75
3.4.1 Limites para a Ampliação da Cobertura	79
3.4.1.1 Contingências sociais e relevância do agravo para a coletividade	79
3.4.1.2 Regra da contrapartida	83
3.4.1.3 Proteção igualitária	85
3.5 RESTRIÇÃO DA PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA	91
3.5.1 Limites para a Restrição da Cobertura	92
3.5.1.1 Patamar mínimo de proteção	93
3.5.1.2 Ineficácia da proteção	95
3.5.1.3 Mínimo existencial e salário mínimo	97
3.5.1.4 Dignidade da pessoa humana	99

Capítulo IV DIREITO ADQUIRIDO E EXPECTATIVA DE DIREITO NA ALTERAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIA	105
4.1 RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUATIVA E ESTENDIDA NO TEMPO	105
4.2 A SUCESSÃO DE NORMAS NO TEMPO E A SITUAÇÃO JURÍDICA CONSOLIDADA	107
4.2.1 Sucessão de Normas, Direito Adquirido e Situação Jurídica	108
4.2.2 Direito Adquirido e Alteração da Norma Constitucional	112
4.2.3 Direito Adquirido e sua Conformação no Campo da Previdência Social	116
4.2.3.1 Direito adquirido e regime jurídico previdenciário	119
4.3 A SUCESSÃO DE NORMAS NO TEMPO E A SITUAÇÃO JURÍDICA AINDA NÃO CONSOLIDADA	122
4.3.1 Direito Expectativo, Expectativa de Direito e Direito Expectado	123

4.3.2	Successão de Normas, Segurança, Boa-Fé e Proteção da Confiança.....	127
4.3.2.1	Segurança e segurança jurídica.....	128
4.3.2.2	Princípio da boa-fé.....	130
4.3.2.3	Proteção da confiança.....	135
4.3.2.3.1	Confiança.....	135
4.3.2.3.2	Fundamentos da proteção da confiança.....	136
4.3.2.3.3	Elementos da proteção da confiança.....	140
4.3.2.4	Distinção entre proteção da confiança e boa-fé.....	141
4.3.3	Aplicação da Boa-Fé e da Proteção da Confiança no Âmbito Previdenciário: Proteção à Expectativa de Direito.....	145
4.3.3.1	Vedação da retroatividade em prejuízo do direito acumulado.....	145
4.3.3.2	Regra de transição.....	148
4.3.3.3	Alteração da regra de transição.....	155

Capítulo V	AS EMENDAS DE REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O EXAME DE CASOS ESTRANGEIROS	159
5.1	AS CORTES CONSTITUCIONAIS E A NORMA CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIA.....	159
5.2	EMENDA 03/1993.....	161
5.2.1	Emenda 03/1993 e a Instituição de Contribuição Previdenciária sobre Inativos e Pensionistas.....	162
5.3	EMENDA 20/1998.....	164
5.3.1	Redução do Conteúdo Protegido.....	166
5.3.2	Respeito ao Direito Adquirido.....	172
5.3.3	Proteção à Expectativa de Direito.....	176
5.4	EMENDA 41/2003.....	177
5.4.1	Direito Adquirido e Contribuição dos Inativos e Pensionistas.....	181
5.4.2	Direito Adquirido e Limitação dos Proventos e Pensões.....	184
5.4.3	Direito Adquirido e Alteração de Regra de Transição.....	187
5.5	EMENDA 47/2005.....	188

5.6	IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO NÚCLEO DO CONTEÚDO MÍNIMO DA PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA: SÍNTESE DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DA SUPREMA CORTE.....	191
5.7	ESTUDO DE CASOS ESTRANGEIROS: A CRISE GLOBAL DE 2008 E SEUS EFEITOS SOBRE AS APOSENTADORIAS NA GRÉCIA E EM PORTUGAL	194
5.7.1	O Caso Grego.....	195
5.7.2	O Caso Português.....	199
5.7.3	Síntese da Interpretação das Cortes Constitucionais Grega e Portuguesa.....	203
Capítulo VI PERSPECTIVA DELIMITADORA DA ALTERAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIA ... 205		
6.1	DIVERSIDADE DE PERSPECTIVAS	205
6.1.1	Razões que Conduzem à Alteração da Norma Previdenciária	206
6.1.2	Efeitos da Constitucionalização da Norma Previdenciária.....	208
6.1.3	Gestão Previdenciária Responsável.....	211
6.1.4	Resiliência da Norma Previdenciária e Retrocesso Social	214
6.2	DISCUSSÕES SUSCITADAS PELA MODIFICAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIA	218
6.2.1	Delimitação da Alteração da Norma Constitucional Previdenciária.....	219
CONCLUSÃO		225
REFERÊNCIAS		231
ÍNDICE REMISSIVO.....		239